

## RESENHAS

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

# (DES)CONSTRUINDO O PCB

Angelo José da Silva  
Universidade Federal do Paraná

*“A história humana não é uma história natural. É preciso vivê-la para captar suas conexões de sentido e, ainda mais, para expurgá-la das projeções ideológicas dos que pensam que ‘construir a história’ quando, na verdade, apenas a ‘sofrem’, mesmo que através de e protegidos por uma posição privilegiada”.*

(FERNANDES, 1976: 08, grifos no original)

O principal objetivo de *Camaradas e companheiros* é “[...] analisar o processo de construção de identidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou seja, entender a visão que esse ator político elaborou sobre si mesmo ao longo do tempo” (p. 09). Além dessa, Dulce Pandolfi deixa registrada de forma explícita uma outra preocupação que percorrerá todo o seu trabalho. Como acontece na maioria dos textos, fato normalmente não declarado pelos autores, existe uma estreita ligação entre a história individual e a escolha do tema de pesquisa. A autora, ao buscar refazer o percurso de construção da identidade forjada pelo “Partidão”, acaba por buscar também elementos para a construção da identidade do indivíduo, ou ainda, de sua própria identidade. “A escolha do tema e a maneira como construí esta pesquisa refletem muitas das inquietações vividas ao longo de minha militância política. Dito de outra forma, a maneira como construí uma das dimensões de minha própria identidade” (p. 09). Esse tipo de aproximação, contudo, não parece desqualificar, ou melhor, não interfere negativamente no trabalho de Pandolfi. Pelo contrário, a autora consegue manter-se fiel a seus objetivos. Procurei identificar nesta resenha os méritos e faltas existentes neste trabalho.

Cabe dizer que o livro de Dulce Pandolfi é uma versão modificada de sua Tese de Doutorado, defendida em agosto de 1994 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Em certa medida, o formato próprio de uma tese acadêmica permanece no texto. Isto significa que o rigor propriamente científico é preservado, impedindo que o texto em pauta escorregue para a crítica fácil ou o elogio aberto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse sentido, portanto, apesar de estar lidando com a visão do Partido sobre si mesmo, associada, se é que posso utilizar este termo, à sua “trajetória pessoal”, a autora consegue manter o grau de “neutralidade científica” exigida nos trabalhos universitários, ancorada na devida fundamentação empírica.

Como Dulce Pandolfi pretende alcançar seu objetivo? O meio escolhido pela autora para reconstruir a identidade do PCB deu-se através da utilização de uma série de memórias de ex-militantes, de entrevistas com dirigentes do Partido etc. Os principais fatos políticos ocorridos no Brasil, desde a fundação do PCB em 1922 até nossos dias, serviram de baliza para o arranjo das teses presentes em *Camaradas e companheiros*.

Cabe destacar, ainda, que a autora alterou seu projeto inicial de trabalho em função “dos drásticos acontecimentos [ocorridos] nos países socialistas” (p. 11) no final dos anos oitenta e início dos anos noventa. Os reflexos desses acontecimentos, como se sabe, se fizeram sentir nas esquerdas de uma maneira geral e no PCB em particular. Tanto que em seu X Congresso “extraordinário”, o velho partido foi extinto. No dia 25 de janeiro de 1992 surgiu o Partido Popular Socialista (PPS), que pretendia ser o herdeiro da tradição pecebista. Em função desses episódios, o projeto inicial de Dulce Pandolfi — “estudar, basicamente, a intervenção do PCB nos rumos da vida político-partidária brasileira, analisar as tensões e os limites estabelecidos na relação do partido com a construção de uma ordem liberal-democrática no Brasil” (p. 11) — foi alterado. Mesmo

mantendo o tema, a autora optou por “privilegiar as interpretações feitas pelo PCB a respeito de sua própria história” (p. 11).

Para submeter à análise os elementos da construção da identidade do partido enquanto tal, o texto de Pandolfi realiza, nos primeiros capítulos, uma discussão sobre a formação dos partidos em geral e do PCB em particular. Ganham destaque nesse momento as diferenças entre os partidos comunistas em relação aos demais partidos políticos. Finalmente, nos capítulos de número quatro a dez é reconstituída a trajetória do PCB, desde sua fundação em março de 1922 até o fim da “sigla”, em janeiro de 1992, depois de quase setenta anos de existência.

Na primeira parte do trabalho<sup>1</sup>, onde é feita uma discussão que pretende fundamentar teoricamente a parte relativa à história do PCB, alguns aspectos ganham relevo. No primeiro capítulo de *Camaradas e companheiros*, Dulce Pandolfi trata do processo, já mencionado acima, de “extinção” do PCB.

Para além da exposição feita por Pandolfi, relativa aos passos e polêmicas que levaram a “extinção” do partido, chama a atenção o fato de que, além do nome e da história, estava também em jogo, no X Congresso, a herança material do PCB. Ou seja, o Partido Popular Socialista (PPS), nome dado ao “novo” partido, foi o herdeiro das sedes, das gráficas, das revistas, institutos, enfim, de todos os bens materiais e culturais, digamos assim, do antigo PCB. À parcela de militantes contrária a essas mudanças radicais<sup>2</sup> restou o velho nome, a foice e o martelo. Além disso, ficou a possibilidade de ações no terreno da Justiça para tentar reverter o processo de alteração da sigla do partido e, claro, recuperar o espólio perdido.

Esclarecedora é, também, a informação contida na nota de rodapé número três, à página trinta, onde a construção da memória do PCB é, num certo sentido, desvelada. Encontra-se aí a “denúncia” de que uma parte dos delegados presentes no Congresso que realizou a mudança de nome de PCB para PPS, e que era favorável a esta posição, ali se encontrava por força de uma manobra política que feria os estatutos do partido. Este “artifício”, como diz Pandolfi, constituiu-se na realização de “Fóruns Socialistas” que elegeram delegados para o referido Congresso “extraordinário”. Nestes “fóruns” estiveram presentes, e se elegeram como delegados ao Congresso, filiados e não-filiados. Assim, a maioria existente de fato, no momento em que se extinguiu o PCB, era composta por vários indivíduos não-filiados ao partido, o que contrariava os seus estatutos, não constituindo-se, portanto, em maioria de direito<sup>3</sup>.

Naquilo que chamarei de segunda parte<sup>4</sup>, Dulce Pandolfi reconstrói os principais momentos da vida do partido, de sua fundação até sua “extinção”. Esse roteiro apóia-se, fundamentalmente, como indica a autora, na visão dos principais militantes comunistas que vivenciaram aquelas experiências, nos documentos internos produzidos pelo PCB e em textos publicados em periódicos voltados seja para a militância, seja destinados a um público mais amplo.

Para não refazer esse expressivo itinerário, pretendo destacar aqui alguns aspectos mais gerais destes capítulos tomados em conjunto. É preciso sublinhar que essa minuciosa reconstrução da história (ou da memória) do PCB é bastante útil, pois informa o leitor sobre os principais atores políticos do partido e as

---

<sup>1</sup> Chamei de primeira parte os Capítulos I: “Crônica de uma morte anunciada”; II: “Uma vez comunista, sempre comunista”; e III: “A força e a fraqueza dos partidos comunistas”.

<sup>2</sup> Uma parte do PCB concordava em realizar modificações táticas no partido, implementando uma espécie de “atualização” de sua linha política em função das mudanças ocorridas no plano político internacional e nacional. Discordava, contudo, da mudança do nome e do símbolo do partido, a foice e o martelo. “Renovar, sim. Descaracterizar, nunca” era a palavra-de-ordem de Paulo Cavalcanti, intelectual e dirigente do PCB (p. 28). Além de Cavalcanti, outro conhecido comunista e encabeçador dessa posição no interior do PCB foi Oscar Niemeyer.

<sup>3</sup> Cabe dizer que “[...] em janeiro de 1995, após cumprir as exigências do Tribunal Superior Eleitoral, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) conseguiu o registro definitivo” (p. 31). Embora, sem os bens materiais, o “velho” Partidão ressurgiu das cinzas.

<sup>4</sup> Capítulos IV: “O mito de origem: as glórias, as lutas, os fracassos”; V: “O partido da insurreição”; VI: “O partido de Prestes e do povo”; VII: “O partido de massas *versus* o partido de quadros”; VIII: “O partido das reformas e da revolução”; IX: “O partido da ordem e da legalidade”; e X: “A agonia final”.

grandes ações por ele levadas a efeito. Aparecem, também, as grandes contradições que percorreram a vida política dos comunistas e de sua organização. Em 1930, o PCB coloca-se à margem da revolução. Em 1935, a tentativa de revolução armada acaba numa catástrofe. A partir de 1945 reinicia-se a reconstrução do partido, sem contudo chegar a bom termo. A ditadura militar instalada em 1964, e a opção pela luta armada de alguns de seus elementos, constituem momentos de dificuldade para a sobrevivência e crescimento do PCB. Finalmente, a abertura lenta e gradual devolve o partido à legalidade em 1985. Contudo, nesse momento, o “Partidão” já concorre com outra agremiação de trabalhadores, o PT, concorrência essa que lhe causa muitos estragos. Ironicamente, quando enfim conquistou a legalidade tão almejada e tão perseguida, o lugar político “do” partido dos trabalhadores já estava ocupado.

Pode-se dizer assim que, pela primeira vez na literatura especializada, é refeita, ponto por ponto, desde sua origem até nossos dias, a trajetória política do “Partidão”. Encontramos aí, portanto, a principal contribuição da obra para os estudiosos do tema. Além disso, a forma pela qual essa reconstrução foi realizada também é inédita: foram os próprios militantes do PCB, através de sua “fala”, que recontaram sua história.

Como disse acima, a trajetória do Partido Comunista Brasileiro foi muito bem traçada pela autora. Contudo, salta aos olhos a forma superficial com que Dulce Pandolfi abordou várias questões políticas que estão na base da atuação do “Partidão”. Na primeira parte de seu trabalho, temas fundamentais como, por exemplo, o da *democracia*, não são suficientemente desenvolvidos. Temos às páginas vinte e cinco e vinte e seis uma menção a Carlos Nelson Coutinho e a seu posicionamento em relação à ausência de democracia como um dos fatores responsáveis pela crise e derrocada do “socialismo real”. Logo a seguir o “eurocomunismo” também é citado como uma tentativa realizada por alguns PCs no sentido de atribuir à democracia um “valor universal”. Considero que duas páginas são insuficientes para abordar este tema tão estratégico e polêmico. Apenas a título de ilustração, citaria o trabalho de Décio Saes (1987) como uma possibilidade diferenciada para se pensar a questão. Não abrirei aqui uma polêmica sobre o tema porque esta resenha não a comportaria; deixo apenas o registro dessa ausência facilmente identificável em *Camaradas e companheiros*. No meu entender, uma ausência grave.

Além disso, a discussão de outros aspectos, como por exemplo, do lugar ocupado pelo stalinismo nos Partidos Comunistas e, principalmente, no PCB, não ganharam a dimensão devida. Mais uma vez, não considero viável abrir uma polêmica com o texto em pauta. Existem inúmeros trabalhos acadêmicos que discutem a relação do PCB com o stalinismo. Como exemplo, temos o texto de João Quartim de Moraes (1991) que aborda esta questão. Ainda como uma das muitas possibilidades de análise existentes sobre a relação do PCB e o stalinismo, há o trabalho de Raimundo Santos (1991), que entabula uma reflexão sobre a política do “nosso” Partido Comunista nos anos de 1950, a partir do impacto produzido pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde foram “revelados” os crimes de Stalin. Cabe aqui uma pontuação: a autora utiliza outros trabalhos de Raimundo Santos sobre esse tema, mas não esse especificamente. Na verdade, o problema de fundo que quero ressaltar é que não se trata absolutamente de desconhecimento das fontes ou da literatura, mas de uma opção de trabalho que, por assim dizer, evita análises polêmicas. Esse procedimento resultou, na minha opinião, num empobrecimento do texto em seu conjunto.

O trotskismo também não ultrapassa algumas breves menções. Sua importância, assim como a dos anarquistas, para a construção da identidade do PCB, feita em oposição aos “outros”, como diz Pandolfi (v. Capítulo IV), já deveria ser suficiente para reservar um espaço maior para essa corrente política entre as páginas de *Camaradas e companheiros*<sup>5</sup>.

Seria injusto dizer que Dulce Pandolfi não mencionou esses aspectos na construção da identidade do Partido. Mas a ligeireza com que esses e outros temas foram tratados, dificulta até mesmo o estabelecimento de um debate com o texto em pauta, à medida em que não existe, por parte da autora, uma tomada de posição muito clara, ou ainda, uma explicitação das principais posições políticas em confronto. Mesmo em se tratando da reconstrução da memória do PCB, a partir de sua própria fala, considero que seria possível, para não dizer necessário, que houvesse uma “interferência” maior de Dulce Pandolfi nas grandes questões debatidas pelos comunistas brasileiros. Assim, se esse livro é um importante trabalho no sentido de resgatar a história do

---

<sup>5</sup> José Castilho Marques Neto tem uma importante contribuição sobre o tema, no que diz respeito às origens do trotskismo no Brasil, no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 e seria fundamental ter sido trabalhada pela autora. V. MARQUES NETO, 1993.

## CAMARADAS E COMPANHEIROS

---

velho “Partidão”, ele perde muito a partir do momento em que se recusa analisar de maneira mais profunda a identidade final construída pelo próprio partido (o principal objetivo da obra), e as contradições desse processo, apenas assinaladas aqui e ali.

A identidade do PCB, remontada em *Camaradas e companheiros*, permanece assim presa demais aos desdobramentos da história política brasileira. A própria história do Partido, apresentada cronologicamente, tende a aparecer como uma “evolução”, com avanços e recuos inexplicáveis fora das justificativas de seus líderes ou militantes — e não como uma experiência alimentada e corroída por contradições que percorrem a sociedade em geral, seus partidos e, como não poderia deixar de ser, o Partido Comunista Brasileiro. Fica para o leitor, portanto, a impressão de que Dulce Pandolfi, assim como o PCB, não conseguiu desvencilhar-se das contradições inerentes ao seu próprio trabalho. Ela acaba por reconstruir a identidade do partido dos comunistas sem destruir velhas amarras, dizendo mais através de seus silêncios do que através da fala que quis resgatar.

Angelo José da Silva (angelo@coruja.humanas.ufpr.br) é Mestre em Ciência Política pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e Professor de Ciência Política da UFPR.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES**, Florestan. (1976). *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARQUES NETO**, José Castilho. (1993). *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- QUARTIM DE MORAES**, João. (1991). “A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro” In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAES**, Décio. (1987). *Democracia*. São Paulo, Ática.
- SANTOS**, Raimundo. (1991). “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50” In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

\* \* \*